



POR UMA NOVA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA

Kátia Mirian Cardoso Lopes¹
Fernando da Silva Andrade²
Eduardo José Fernandes Nunes³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar as políticas públicas destinadas ao sul da Bahia, em especial as que contemplam o município de Arataca onde está localizado o Assentamento Terra Vista e analisar como elas estão sendo implementadas no âmbito da educação do campo e sua correlação para o desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade local e educação popular. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental, utilizando o método dialético para compreensão da exploração das informações. No primeiro capítulo se discute como é possível conseguir uma nova forma de desenvolvimento social, econômico e político que contemple a todos, no segundo trata-se de articular a educação do campo e a educação popular em uma prática transformadora, em seguida, no terceiro capítulo, faz-se uma análise entre o processo de ensino ofertado pelo estado e o processo de ensino necessário para que os camponeses (as) consigam ter uma qualidade de vida, produzindo em suas propriedades, vindo em seguida no quarto item discutir sobre as políticas públicas destinadas ao sul da Bahia e sua eficácia, fechando a análise tendo como ponto de referência que ainda são insuficientes para a demanda da região, os recursos que são destinados à mesma, ficando bem distante da realidade necessária para minimizar o problema existente.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação do Campo; Educação Popular; Educação Profissional.

Introdução

O Assentamento Terra Vista é um território marcado por sonhos, lutas e esperanças, cujas conquistas associadas ao movimento dos trabalhadores sem terra (MST), vem a décadas lutando pela Reforma Agrária, esta que se constitui para os camponeses, uma das principais

¹ Kátia Mirian Cardoso Lopes - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPGEDUC, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Especialista em: Metodologia de Ensino na Educação Profissional - UNEB, e Psicopedagogia UESC, Graduada em Pedagogia UESC, em Letra: Língua Portuguesa - Universidade Estácio de Sá, katimirian14@gmail.com.

² Fernando da Silva Andrade, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC (2011), fernandoandrade0523@gmail.com.

³ Eduardo José Fernandes Nunes, Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Departamento de Educação). Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB), eduardojosf2@gmail.com.

políticas de democratização de acesso à terra, e com esta, o acesso a outras tantas políticas que possa fortalecer as lutas destes trabalhadores para a conquista de uma educação de qualidade, de maior distribuição das riquezas produzidas, da soberania alimentar, de melhor condição de vida e saúde. A agricultura familiar tem se destacado como uma das fontes de renda do assentamento e também do município de Arataca, envolvendo as 55 famílias de agricultores assentados nesse processo.

Este trabalho tem como objetivo identificar as políticas públicas destinadas ao sul da Bahia, em especial as que contemplam o município de Arataca onde está localizado o Assentamento Terra Vista, e analisar como elas estão sendo implementadas no âmbito da educação do campo e sua correlação para o desenvolvimento da agricultura familiar. Assim, será feita uma discussão diante da necessidade de implementação dessas políticas, considerando o âmbito do desenvolvimento social e agrícola, posto que a base da economia deste território é a agricultura.

Desta forma refletiremos sobre a educação profissional ofertada no Centro de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos do Estado da Bahia bem como a educação fundamental ofertada no Centro Municipal de Educação Florestan Fernandes do município de Arataca, ambas localizadas no Assentamento Terra Vista, que compõem a política de educação pública destinada às filhas e filhos dos agricultores e agricultoras, cuja atuação deixa de atender as reais necessidades do povo em questão, ou apenas são meros paliativos que corroboram para manutenção da ordem e perpetuação do sistema de exclusão.

A educação popular é o caminho da resistência dessa comunidade, como práxis social ela marca a realidade e alimenta esse espaço, contrapondo o projeto educacional dominante, o conhecimento transmitido pelo assentamento acontece de forma coletiva com as lutas, as reuniões, as histórias que são contadas, as celebrações, as atividades culturais, com o plantio e com a colheita. O assentamento pauta as práticas de cunho educativo quando trabalha às histórias de vida, às práticas culturais, às relações de convivência e organização social da comunidade, essa prática contribui para o fortalecimento da identidade e da resistência.

Considerando que a região cacauceira já assegurou 70% do PIB do Estado da Bahia enquanto possuía mais de 50% de analfabetos, o que significou que toda a riqueza produzida não chegava de fato a quem a produzia. Hoje é uma região empobrecida após a devastação da lavoura cacauceira pela vassoura de bruxa nos anos 80, mas ainda possui um grande potencial econômico que se reverterá em riqueza para essa população na medida em que a mesma se apoderar de conhecimentos apropriados e obtiver investimento para tanto.

Neste trabalho estamos fazendo uma breve reflexão sobre a ocupação do assentamento terra vista, o sistema de educação ofertado e estruturado no município de Arataca e sua relação com o processo de desenvolvimento agrícola, a educação popular como forma de resistência, as políticas públicas e investimentos destinados ao público desta região e o pensamento e desejo dos assentados e assentadas para educação de seus filhos e filhas. Assim, nesse dialogo serão abordado as políticas de incentivo aos trabalhos das camponesas e camponeses e como tais políticas, como conquistas gradativas, são importantes para garantir a permanência no território impactando também os processos educativos.

Por um novo desenvolvimento!

Para uma nova educação no assentamento terra vista, é uma discussão que passa pela formação do território, compreensão de sociedade e a formação do cidadão para uma outra sociedade. Talvez seja utopia pensar em uma nova educação utilizando como ponto de partida estruturas previamente montadas, instituições que, desde seu nascimento, já trazem em seu bojo uma organização totalmente dependente do sistema político e econômico do Estado.

Desta forma, são construídas as unidades de ensino: Centro de Educação Municipal Florestan Fernandes e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, o primeiro organizado e mantido pelo poder público municipal e o segundo pelo poder estadual que atendem respectivamente aos anos finais da educação básica, mais educação profissional.

Estas instituições, trazem o cerne do processo de educação proposto para toda classe trabalhadora, onde toda estrutura montada ainda não atende as especificidades dos estudantes do campo. E, apesar de já haver uma atenção maior no que concerne à proposta de educação do campo, garantindo algumas políticas públicas como transporte, merenda, livros didáticos entre outras, ainda falta efetivação de políticas que garantam a permanência deste homem no campo.

Pensar esta nova educação ultrapassa a importância de aquisição do conhecimento sistematizado e requer o aprendizado para poder posiciona-se diante dos desafios surgidos. Um processo de escolarização que trabalhe o discurso e a retórica, que compreenda o indivíduo em toda sua totalidade, como homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente em sua liberdade e submetem as relações sociais a um controle coletivo (SOUSA, 1994). Portanto à formação do omnilateral proposto em Marx.

“Ocupar, Resistir e Produzir” - Compreender esta máxima em sua totalidade, só mesmo a partir de quem já viveu a desesperança de não ter um lugar para morar, a garantia de alimento para o dia seguinte ou a certeza de que foi e está sendo expropriado até mesmo de sua força de trabalho para dar-lhes em troca a usurpação de seu direito primário, que é usufruir do seu próprio trabalho.

Após doze anos de convivência no Assentamento Terra Vista, foi possível perceber que este espaço é mais do que uma conquista de reforma agrária, é um espaço de reconstrução de vidas, que foram se refazendo à proporção que ia se recompondo a natureza ao redor das casas, das pessoas, das esperanças e da certeza de que mudar é possível. Dentro dessa assertiva, nasce o desejo e a necessidade de retornar à terra para nela viver e trabalhar dignamente. Como diz Joelson Ferreira (2021, p.45) “é através do trabalho que teremos dignidade, é o labor na terra que nos vestirá, construirá nossa casa e nos dará condições de nos alimentar”.

Desta forma a ocupação do Assentamento Terra vista em 1994, após cinco despejos, tem como objetivo construir uma nova história para as famílias que ali foram assentadas. Para tanto fazia-se necessário a construção de uma escola naquele espaço, que pudesse transformar os filhos e filhas dos agricultores em doutores. Sonho este que começou a se consolidar com as escolas Centro de Educação Municipal Florestan Fernandes e o Centro Estadual de Educação Profissional Milton Santos, que como instituição de ensino técnico no contexto atual, têm buscado adaptar seus currículos a um contexto no qual os trabalhadores/as devem ser mais flexíveis, “polivalentes”, ao operarem equipamentos cada vez mais avançados, com ênfase nas tecnologias digitais e de informação. (Antunes, 2009).

Educação popular, prática educativa e transformadora

Durante as leituras realizadas em Pedagogia do Oprimido, fica nítido as críticas ao modelo de educação hegemônico denominando de “educação bancária”, essa concepção torna a educação aparelho de abuso e exploração, nela o educando é considerado um ser vazio de conteúdo, são transformados em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos”, e o educador, detentor do conhecimento. “Nela o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração” (Freire 2017, p.79). Esse modelo de educação foi trazido pelos colonizadores e tem se perpetuado por gerações.

Segundo PINI (2012, p. 01) “A Educação Popular como práxis sociais é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica”. A Educação popular nasce com, e pela a participação do povo, e se fundamenta através de um conjunto de práticas e experiências das classes populares, tem como princípio a solidariedade e a justiça social, caminha para construção de um projeto político de sociedade mais solidário, mais justo, mais honesto, mais humano e mais fraterno. Pereira traz a seguinte definição de educação popular:

A Educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo (OP), nos conselhos populares etc. Seus desafios não são pequenos nos dias atuais (Pereira e col. 2010, p. 73).

Para tanto, a educação transformadora, é aquela que ajuda o indivíduo a pensar, questionar e problematizar, nesse processo o educador aprende enquanto ensina pelo diálogo. O ensino enquanto um instrumento político, possibilita aos educandos a formação de consciência crítica do mundo e da sociedade, das relações de poder, de classes sociais, na relação entre o opressor e o oprimido. Para Freire (2017, p. 100) “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”. Nessa perspectiva a educação contribui para a autonomia do indivíduo, colaborando para o empoderamento enquanto um sujeito político, crítico e ativo na sociedade.

Nesse espaço o indivíduo consegue aprender e entender a sua realidade a partir de uma pedagogia participativa, fazendo com que cada sujeito possa ampliar seu horizonte de percepção no contexto social, cultural e político. Para Caldart (2001, p. 210) “a educação somente tem sentido como uma prática radical de humanização, ou de formação humana em seu sentido mais inteiro e profundo”. A educação popular, constitui-se como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo em relação à realidade em que está inserido no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação desta realidade.

A transformação do ser humano se dará por uma pedagogia humanista e libertadora onde os homens e as mulheres deverão estar em um processo permanente de conscientização e libertação. Segundo Freire (2017), a superação do oprimido não se trata apenas da troca de

lugares, mas de processo permanente de busca de superação. Para tanto é importante afirmar que educação popular se constitui como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação da realidade em que ele está inserido.

O sistema de educação ofertado e estruturado no município de Arataca e sua relação com o processo de desenvolvimento agrícola

Desde a sua emancipação em 1985, o Município de Arataca depende dos repasses do estado para promover o equilíbrio socioeconômico. Assim como tantos outros agentes federados, segue as instruções normativas da União do Estado, que delibera na organização e estruturação da Educação no município. Composta esta organicidade, em seu plano de Educação, o município de Arataca verifica que possui uma população rural de que constituindo 46,13% de seus habitantes e que deste percentual, apenas 384 famílias compunham o sistema da agricultura familiar. Até meado dos anos 80 a produção do cacau era a base da produção agrícola no município, formado por seus latifúndios e um número significativo de famílias aglomeradas vivendo nestes locais de produção (plano municipal de educação de Arataca 2015-2024).

Em alguns destes latifúndios havia, e ainda há até hoje, pequenas escolas de fundamental I para os filhos e filhas de trabalhadores. Com o declínio da lavoura cacauceira, nos anos 80, esses aglomerados acabaram, mas restaram algumas unidades de educação que assiste aos estudantes que moram ao redor daquela propriedade. Alguns latifúndios viraram minifúndio ou apenas fazendas que se transformaram em assentamentos como o Terra Vista, Aliança, Diolinda, Renascer, Sete de setembro, Santo Antônio, Ipiranga e São Francisco onde a produção agrícola varia com algumas produções permanentes (agropecuária, palmito, banana, café, borracha e cacau), e outras temporárias (abacaxi, cana-de açúcar e mandioca).

Apesar da ênfase exposta no PME sobre a vocação agrícola do município, este não tem clara, propostas educativas de valorização do homem e da mulher do campo, de estudos para incentivo e permanência destes em sua localidade, corroborando com os sociólogos Bourdieu e Champagne (2001) quando argumentam que um dos efeitos paradoxais da democratização da educação é a desvalorização dos níveis escolares à medida que a expansão dava acesso a grupos sociais que antes estavam excluídos. (Gonzaga Alves, 2020), assim, não se sabe como se dará a trajetória para erradicação das desigualdades educacionais e ou erradicação do analfabetismo, se as condições reais ainda não são dadas, onde não só a

garantia de transporte e professores se faz suficiente, mas sim regularidade deste transporte, formação continuada para os professores, propostas concretas de trabalho e garantia de recursos para sua implementação entre tantas outras políticas afirmativas.

O Centro integrado Florestan Fernandes - unidade educacional do município, que mantém e estrutura o sistema de ensino no assentamento Terra Vista, mas que não serve para os assentados e assentadas por ser uma escola ampla no espaço do ideário e da pragmática burguesa, uma educação moldada pelos “valores do mercado”, por sua “filosofia” utilitarista (Antunes, 2009), por vezes vai de encontro à proposta de educação da comunidade que busca, a partir dos princípios educacionais do M.S.T. formar seres para além da lógica de mercado, não só para o trabalho, mas também para a cidadania e a transformação social.

Historicamente o ensino fundamental II e ensino médio, ocorriam na sede do município, onde os estudantes se deslocavam para lá. Com o Florestan Fernandes no assentamento começou a ser desenhada um novo capítulo nesta história, os estudantes do assentamento permaneciam no campo e começaram a receber colegas também do centro urbano e de outros assentamentos da redondeza. Com o foco no ensino regular, as propostas contidas no PME, são ainda incipientes no atendimento à educação de jovens e adultos apesar desta se configurar uma demanda significativa para o município e também para o CEEPFCC Milton Santos, porém ainda sem programas concretos de aprendizagem que estimule o crescimento sócio econômico. Nesse sentido, segundo Antunes (2009, p.13),

“seriam, então, os pilares básicos de uma educação emancipada, para além dos constrangimentos do capital? Haverá algo mais vital hoje do que pensar em um outro mundo onde a produção e a reprodução da humanidade efetivem-se através da criação de bens materiais e simbólicos socialmente úteis, sejam materiais, artísticos, estéticos, simbólicos, interativos, contrários à lógica da produção destrutiva e seu sistema de metabolismo sócio-reprodutivo hoje dominantes?”

Assim, distante de uma educação do campo emancipadora, ainda reproduz os planos de educação do centro urbano, com pequenas alterações que não a dissocia de uma educação ainda bancária e cartesiana. A evasão progressiva da escola é diretamente refletida no campo e no próprio município de acordo ao IBJE, 2022 que identificou uma redução populacional de mais de 300 habitantes.

É a partir desses pressupostos que se deseja um processo de educação, que reflita as necessidades de aprendizagem com objetivos reais para produção de qualidade de vida, descartando os excessos que em nada contribuem para o desenvolvimento da comunidade local, tanto em questões cognitivas quanto nas políticas, sociais e econômicas.

As políticas públicas e investimentos destinados ao público desta região

Não se percebe em todo o Plano Municipal de Educação o pensar de uma política educacional associada à uma política de desenvolvimento econômico, tendo como um dos aportes para instrução o CEEPFCC Milton Santos, contido no Assentamento Terra Vista. O fato de a cidade de Arataca ser ainda uma cidade potencialmente agrícola, não contempla políticas de educação voltadas para esse fim.

O transporte escolar é garantido pelo Programa de transporte escolar - O caminho da Escola (resolução nº 3 de 28 de março de 2007), concessão de crédito via BNDES pelos Estados e Municípios para aquisição de transporte escolar e o programa Nacional de apoio ao transporte Escolar - PNATE, para atender alunos da Zona rural.

De fato, os Estados e Municípios brasileiros passaram a ter maior autonomia, assumindo competências de institucionalização frente as suas demandas. No entanto, nesse cenário, estes entes passaram a conviver com atribuições e responsabilidades contrários à sua capacidade de governo, ou melhor, eles não possuem estrutura suficiente para gerir os escassos recursos e melhorar a vida dos seus cidadãos. Principalmente os municípios de pequeno porte, como é Arataca, não se encontram preparados para suprir todas as demandas assumidas. (Adriana, 2014).

Outra demanda difícil para o município é a promoção da merenda escolar, para tanto conta com o programa nacional de Alimentação escolar - PNAE e através o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que além de promover o acesso a alimentação tem também a finalidade de incentivar a agricultura familiar.

O PRONAF - é voltado para várias linhas, podendo ser utilizados para vários fins, ligados à agricultura familiar, assim o pronaf mulher, vem fortalecendo o empreendimento das mulheres do campo. É um programa via INCRA apenas para as mulheres pertencentes aos núcleos da reforma agrária, cujo empréstimo financeiro possibilita às mesmas poderem pagar em poucos anos. Sendo assim mais uma política que proporciona a manutenção dessas famílias no campo.

Tais programas são importantes para o funcionamento de alguns setores, contudo ainda é insuficiente para a gestão dar conta de todos os problemas surgidos na esfera municipal como ente federado e autônomo. Segundo Silva (2014), o processo de descentralização reforçou a necessidade de novas formas de gestão do território com maior sintonia entre os entes federados.

O município de Arataca ainda conta com o apoio da companhia de desenvolvimento e Ação Regional (CAR); faz parte do Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA). A fim de buscar soluções para cuidar dos resíduos sólidos como explicita Silva (2014), foi criado para solucionar problemas que surgem de situações de interdependência e compartilhamento de responsabilidades, a partir da percepção da necessidade de coordenação de ações conjuntas para alcançar resultados que isoladamente seriam difíceis de serem atingidos, como é o caso dos resíduos sólidos.

Para Silva (2014), o consórcio público é resultado de um pacto de base territorial, político, institucional e administrativo, de uma negociação que incluirá a elaboração e aprovação do estatuto deve prevalecer à preservação da autonomia e a decisão política dos municípios, que territorializados, devem favorecer a organização de interesses da sociedade. Por tanto ele deve gerar condições favoráveis à cooperação e competição, possibilitar as ações estruturantes nas quais a igualdade política, a solidariedade, a confiança e a tolerância são essenciais, (CASTRO, 2005).

Para além dessas alternativas de apoio, há ainda alguns consórcios intermunicipais que são fomentados pelo Governo Federal, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que apoia a implantação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), e o GT SEDUR-SEPLAN tem por objetivos prestar apoio/assessoramento aos municípios interessados em constituírem consórcios públicos; propor projetos e ações a integrem a política estadual de incentivo à sua formação; realizar a mobilização e capacitação de gestores municipais e divulgação da política de consórcios públicos. (Adriana Carneiro da Silva, 2014).

Complementando estas alternativas na promoção do desenvolvimento municipal, cabe fortalecer o assentamento Terra vista, que se desponta como uma das áreas de produção de conhecimento, como também outros assentamentos no financiamento da Agricultura familiar, para maior produção e distribuição de renda.

Para a permanência no território

Sem dúvida, permanecer nesse território é o sonho de qualquer indivíduo. Porém com o aumento do desemprego, a baixa produtividade, a moradia precária, leva tais pessoas a pensarem em uma condição de vida mais digna nos centros urbanos já que nas imagens dos programas de TV, Instagram, tik-tok entre tantas outras redes sociais indicam ser as cidades, locais de aquisição fácil de dinheiro. Ledo engano, mas para quem ainda não viveu tal

experiência, conta os dias para concluir o ensino médio, ou até mesmo só o fundamental para fazer a mudança.

Segundo o IBGE, 2022 o município de Arataca perdeu mais de 300 munícipes em 12 anos, este número é muito significativo inclusive para a zona rural, pois observa-se ao longo desse período o envelhecimento dessa população, na mesma proporção em que vão se fechando escolas. A luta pela educação do campo, tornou-se mais do que uma luta pela escola da transformação. É a luta pela tomada de consciência e retomada da posse da terra, segundo Joelson Ferreira (2021,p.43). “Pensar a reforma agrária é necessário... É fundamental que o próprio povo conquiste a terra porque é da luta que nasce todo simbolismo que transformará a terra em território”.

Para compreender esta temática, foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa e analítica, para aprofundar o entendimento do fenômeno estudado e a análise dos dados coletados, o que tornou possível desenvolver uma reflexão sobre a importância da intencionalidade para aplicação de recursos destinados à educação de uma dada comunidade, aqui em questão, tratamos do assentamento terra vista e concomitantemente a do município de Arataca. Fica evidenciado a necessidade das parcerias e da efetivação dos consórcios para que uma cidade pequena como Arataca tenha condições de assistir sua população. Contudo, fica também evidenciado que se faz necessário políticas de educação mais efetivas, que contem com uma organização interna mais estreita entre seus pares para que possa obter uma maior asserção educativa e econômica.

Pensar em um modelo de educação relacionado com a produtividade econômica local, é projetar a construção de uma nova sociedade, é pensar a educação como investimento a médio e longo prazo, usar a favor do cidadão a educação requisitada pelo capital que deve ser “ágil”, “flexível” e “enxuta”, (Antunes, 2009a). Portanto é um desafio que poucos gestores públicos se arriscam, mas aqueles que o fazem com seriedade, apostam no sucesso de seus jovens e no desenvolvimento de seu município.

Torna-se para tanto imprescindível que a proposta de educação do município de Arataca passe a discutir juntamente com as representações dos assentamentos presentes, uma forma de educação que permeie toda a cadeia produtiva do território, mapear toda riqueza ali existente, estudar meios de exploração sustentável, preparando seus jovens para assumirem esta produtividade, através do estudo, da pesquisa e do trabalho. Mas para que isto aconteça, é preciso além da vontade política: precisa-se de investimentos sérios em forma de política pública.

Considerações Finais

Sendo Arataca um município jovem com uma economia baseada na produção agrícola, tem dificuldades para gerir e cuidar de sua população satisfatoriamente. Abriga em seu interior o assentamento Terra Vista, cuja comunidade, oriunda da reforma agrária, demanda para a administração pública, a necessidade e uma escola que atenda as especificidades dos assentados.

Para além do processo de escolarização, aquisição do conhecimento sistematizado há a necessidade de se pensar um processo de educação que dê conta da compreensão de cidadania, território e trabalho. Fatores estes que concorrerão para instrumentalizar os estudantes do município e assentamento para tomar conta dos processos produtivos.

Para tanto a educação popular, está organizada em uma proposta educativa, voltada para a vivência da realidade e a necessidade do ser humano, ela ajuda na construção de uma consciência crítica do indivíduo em relação a sociedade e o contexto em que está inserido no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação da realidade.

No momento o município de Arataca conta apoio de programas como o do transporte Escolar - PNATE, para atender alunos da Zona rural; o programa nacional de Alimentação escolar - PNAE e através o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que além de promover o acesso a alimentação tem também a finalidade de incentivar a agricultura familiar, O PRONAF - de incentivo à agricultura familiar, entre outros.

É através das parcerias e consórcios que será possível empreender em processos de educação mais ousados. Para tanto faz-se necessário ir além de vontade política, e estreitar relações com assentados a fim de discutir um novo modelo educacional para o município. É através desta ação que irá se romper com a história de dominação, exploração e atraso que vive o município desde sua criação.

Neste novo contexto precisamos de gestores que sejam mais ousados, que pensem e queiram ir mais além daqueles que passaram até aqui. Contudo é preciso antes de mais, quebrar alguns paradigmas ideológicos que impedem de avançar em discussões essenciais para tomada de decisões que seriam de ganho para todos.

Desta forma pensar na intencionalidade para aplicação dos recursos destinados à promoção da educação escolar em suas modalidades, considerando a educação do campo para a formação de uma sociedade mais justa e menos excludente, perpassando pela formação educacional da comunidade do assentamento Terra vista e concomitantemente a do município de Arataca, fica evidenciado a necessidade de se pensar em outro tipo de

educação, que não a ofertada pelo sistema atual, pois esta não está dando conta de formar indivíduos emancipados e encorajados a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, fica também evidenciado que se faz necessário políticas de educação mais efetivas, que conte com uma organização interna mais estreita entre seus pares para que possa obter uma maior ascensão educativa e econômica.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada.** 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação do Sem Terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados vol. 15, n. 43, São Paulo, Set/Dez 2001.

Censo IBGE 2022, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/arataca/panorama>. Acesso em 03/06/2024.

FERREIRA, Joelson. **Por Terra e território: caminhos da revolução dos Povos no Brasil/** Joelson Ferreira e Erahsto Felício; prefácio de TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé). - Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a história da educação popular no Brasil: Em busca de um outro mundo possível.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. Acesso em 18 de jul. 2022.

Plano Municipal de Educação de Arataca. 2015 – 2024

SANTANA, J.; GONÇALVES, M.; CRUZ, R. **Estado e movimento sociais: um olhar sobre o PRONERA.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, [S.l.], v. 30, n.61, p85-102, 2021. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n61.p85-102. Disponível em: <https://www.revista.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10179>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Adriana Carneiro da. Federalismo e Gestão do Território: **Os Consórcios Públicos como Prática de Cooperação Territorial.** Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1024-1036. ISBN 978-85-63800-17-6.

TAVARES, M. T. G. **Educação popular e movimentos sociais contemporâneos; algumas notas para reflexão.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, [S.l.], v. 24, n. 43, p. 49-61, 2015. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2015. v24.n43.p49-61. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1306>. Acesso em: 10jul.2023.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo.** Congr. Intern. Pedagogia Social July. 2012.